

Maternidade normativa, maternidade patriarcal e maternagem intensiva: entrevista com Andrea O'Reilly

Normative motherhood, patriarchal motherhood, and intensive mothering: An interview with Andrea O'Reilly

Maria Collier de Mendonça¹ 

Doutora em Letras/Inglês pela Universidade de York, Canadá, a professora Andrea O'Reilly é conhecida internacionalmente como fundadora dos Estudos Maternos (2006) e do Feminismo Matricêntrico, um feminismo para e sobre mães (2016). Professora titular na Escola de Estudos de Gênero, Sexualidade e Estudos das Mulheres da Universidade de York, fundadora e editora-chefe do *Journal of the Motherhood Initiative* e editora da Demeter Press, além de editora ou co-editora de mais de trinta livros e autora de quatro monografias.

Esta entrevista foi conduzida *online* por Maria Collier de Mendonça, em março de 2026.

¹Universidade Federal de Pernambuco – Recife (PE), Brasil.

Editoras: Gisela G. S. Castro , Maria Collier de Mendonça  e Milena C. B. F. de Oliveira-Cruz 

Quais são as definições e percepções da “Boa” Maternidade?

O'Reilly: Eu começo o meu curso de Maternagem e Maternidade na Universidade de York, pedindo aos estudantes para definirem o que é a boa maternidade na cultura: como são as boas mães? Que características elas possuem? O que elas fazem ou deixam de fazer? Os estudantes geralmente respondem que a mídia e a cultura popular retratam boas mães como mulheres brancas, de classe média, heterossexuais, cisgênero, fisicamente capazes, casadas; que vivem em famílias nucleares e têm um ou dois filhos. Palavras como “altruístas, pacientes, amorosas, abnegadas, dedicadas, carinhosas e alegres” são frequentemente mencionadas. Para os estudantes, as boas mães priorizam as necessidades das crianças em detrimento das suas próprias, estão sempre disponíveis para os filhos e, quando trabalham fora, as crianças continuam sendo mais importantes nas suas vidas do que suas carreiras. Boas mães são as principais cuidadoras das crianças, enquanto os cuidados prestados nas creches ou por outras pessoas, por exemplo, são considerados inferiores. Assim, as crianças, a cultura e a sociedade em geral desconsideram que as mães possuem vidas próprias antes e para além da maternidade.

No entanto, nós sabemos que há mães jovens ou idosas, de todas as raças e etnias, heterossexuais ou LGBTQIA+, que vivem em áreas urbanas ou rurais; além disso, muitas delas são mulheres com deficiências, outras são pobres ou da classe trabalhadora, por isso, a maioria trabalha fora em empregos remunerados. O ativismo político e social também faz parte das vidas de várias mães. Há mulheres criando filhos mais velhos ou mais novos. Algumas vivem separadas deles, outras criam filhos sem vínculos biológicos, como ocorre nas famílias adotivas ou em diversas configurações familiares atuais. Enfim, sabemos que todas elas são boas mães e criam seus filhos com amor e cuidados equivalentes aos das mães idealizadas e normativas. Também sabemos que a maternidade normativa, embora corresponda às realidades maternas de pouquíssimas mulheres, é culturalmente considerada a experiência materna normal e natural. Mães que, por escolha ou por várias circunstâncias, não se encaixam

nesse perfil de “boas mães” — porque são muito jovens ou muito velhas, trabalham fora ou vivem longe dos filhos — são consideradas mães ruins, que precisam de “correção” ou “controle” social.

Como a maternidade e a maternagem são definidas nos Estudos Maternos e quais são as diferenças entre a maternidade normativa e a maternidade patriarcal?

O'Reilly: Em *Of Woman Born*, Rich (1986, p. 7, tradução nossa) resalta as diferenças “entre dois significados principais da maternidade: a relação potencial de qualquer mulher com seus poderes reprodutivos e sob os filhos; e a instituição que visa garantir que este potencial e todas as mulheres permaneçam sob o controle masculino”.

Para Rich (1986), o termo “maternidade” refere-se à instituição patriarcal da maternidade, definida e controlada pelos homens, por isso, profundamente opressiva para as mulheres; enquanto a palavra “maternagem” refere-se às experiências das mulheres com a maternagem, que são definidas e centradas nas mulheres, além de potencialmente empoderadoras para elas. Em outras palavras, enquanto a maternidade opera como uma instituição patriarcal para limitar, regular e dominar as mulheres nas suas práticas de maternagem, as experiências das mulheres com a maternagem podem se transformar em vivências e espaços de empoderamento.

A maternidade patriarcal centra-se, portanto, nos modos como as mães e suas maternagens são definidas e controladas pela cultura patriarcal. Já a maternidade normativa expande essa perspectiva ao considerar como o conceito da boa maternidade não apenas deriva da cultura patriarcal, mas também se constitui a partir e através do racismo e do classismo. Na maternidade normativa, a figura idealizada da boa mãe é branca e de classe média, e o seu outro dicotômico é a mãe ruim, racializada, pobre, da classe trabalhadora, duramente criticada pela sociedade. Assim, as mães racializadas, pobres e da classe trabalhadora são oprimidas de maneiras específicas e únicas pela instituição da maternidade, tanto nas suas

construções normativas como nas patriarcais. O julgamento, a vigilância e o controle social também são centrais na maternidade normativa, além de explicitamente reforçados e associados à construção social das mães racializadas e pobres como se elas fossem mães ruins, de fato.

Como Sharon Hays (1996) define o conceito de Maternagem Intensiva?

O'Reilly: A maternagem intensiva praticada na maternidade normativa é opressiva, não só porque as crianças têm necessidades, mas também porque essa ideologia reafirma que somente as mães biológicas são capazes de atendê-las; e que as necessidades infantis devem ser consideradas sempre mais importantes do que as maternas; nessa lógica, as crianças devem ser atendidas 24 horas por dia, com total dedicação de tempo, dinheiro e energia maternos. A maternagem intensiva surgiu no final dos anos 1980 em resposta à mudança demográfica da maternidade na América do Norte. Hoje em dia, a maioria das mulheres de classe média torna-se mãe após se estabelecer profissionalmente, na casa dos trinta anos. Mas, essas profissionais, que não estavam familiarizadas com a invisibilidade nem a desvalorização do trabalho doméstico e materno, frequentemente se sentem desconfortáveis, por isso, passam a ocupar seus dias com atividades públicas, consideradas visíveis e produtivas.

E quando essas mulheres retornam às atividades profissionais, a maternagem intensiva passa a ser praticada à noite e nos finais de semana como forma de compensação, consciente ou inconsciente, que as mães trabalhadoras encontram para lidar com os sentimentos de ambivalência e culpa que o trabalho e o tempo que estão longe dos filhos lhes possam gerar. A ênfase da maternagem intensiva no consumo de brinquedos, livros, jogos, atividades, programas, acampamentos, férias, atividades teatrais etc. também surgiu em função de as mães agora terem renda própria e poderem decidir onde e como gastar o dinheiro da casa. Como elas têm tido menos filhos, a maternagem intensiva torna-se possível. Então, elas podem dedicar todo o tempo e atenção a um ou dois filhos queridos. Seja

qual for a explicação econômica ou social, a ideologia da maternagem intensiva avalia os padrões da boa maternidade a partir da quantidade de tempo, dinheiro e energia que cada mãe dedica à criação dos filhos.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhuma.

Disponibilidade de dados da pesquisa: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Referências

- HAYS, S. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- O'REILLY, A. In *(m)other words: writings on mothering and motherhood*, 2009–2024. Toronto: Demeter Press, 2024.
- RICH, A. *Of woman born: motherhood as experience and institution*. Califórnia: W.W. Norton, 1986.

Sobre a autora

Maria Collier de Mendonça: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM UFPE). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Participou do Programa de Doutorado Sanduíche (PSDE) como bolsista da CAPES na York University (2013). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Mídia, Maternagem e Cultura de Consumo no PPGCOM UFPE. Coordenadora do Projeto de Extensão Maternagem, Mídia e Infância na UFPE (@mmi.ufpe). E-mail: maria.cmendonca@ufpe.br

Recebido: 31/03/2026

Aceito: 08/05/2026